



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
CONTRATO Nº 37/2021

PROCESSO Nº 08650.039234/2021-37

CON
ADM
QUE
CEL
ENT
SI
A
UNI
POR
INTI
DO
MIN
DA
JUST
E
SEG
PUB
REP
PEL
POL
ROD
FED
E
A
EMP
GIAI

CONTRATANTE:

Razão Social: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL		
CNPJ/MF: 00.394.494/0104-41	Ramo de Atividade: Administração Pública Direta	
Endereço: SPO, S/N, Lote 5, Setor Policial Sul		
Cidade: BRASÍLIA	UF: DF	CEP: 70.610-909
Telefone: (61) 2025-6700		
DADOS DO REPRESENTANTE DO DPRF:		
PAULO ROBERTO CUNHA FIGUEIREDO DE SOUZA Coordenador-Geral de Administração	Competência designada pelas Portarias nº: 726/MJSP, de 25 de Junho de 2020 Portaria DG nº 161, de 29 de Abril de 2021	
RG: 1.671.898 / SSP-RN	CPF: 009.510.084-98	
Nacionalidade: Brasileiro	Profissão: Policial Rodoviário Federal	

CONTRATADA:

Razão Social: MKU LIMITED	
CIN: U19202UP2001PLC026027	Endereço: 13, Gandhi Gram, G.T. Road Kampur - 208 007. U.P. - INDIA
Telefone: (11) 98105-5555	
DADOS DOS REPRESENTANTES LEGAIS:	
FRANCO GIAFFONE	
RG: 13.597.927-4 SSP/SP	CPF: 257.875.238-90
E-mail: franco@giaffone.com.br	

As partes acima especificadas, tendo em vista o que consta no Processo nº 08650.039234/2021-37 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 01/2021 - SPRF/RJ, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **Placas Standalone Balísticas**, com o objetivo de equipar a Polícia Rodoviária Federal, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR UNITÁRIO (US\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (US\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Conjunto de Placas Balísticas Stand Alone Frontal e Traseira	212	US\$ 565,83	R\$ 3.014,12	US\$ 119.955,96	R\$ 638.993,44
2	Conjunto de Placas Balísticas laterais	212	US\$ 373,03	R\$ 1.987,09	US\$ 79.082,36	R\$ 421.263,08
VALOR TOTAL						R\$ 1.060.256,52

1.3. A tabela acima reflete os preços em Reais conforme cotação PTAX fixada no edital de licitação e representam apenas os valores registrados nos sistemas da administração pública, tendo em vista que os mesmos só trabalham na moeda nacional. No entanto o preço do produto está efetivamente fixado em Dólares Americanos.

1.4. O efetivo valor a ser pago em moeda nacional continuará a ser atualizado pela cotação PTAX atual até a data da confecção da carta de crédito de importação junto ao Banco do Brasil.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação, conforme previsão do Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 1.060.256,52 (Um milhão, sessenta mil, duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200109
Fonte: 144/174/374
Programa de Trabalho: 06.181.5016.2723.0001
Elemento de Despesa: 4
PI: RF999AP6COL
Nota de Empenho: 2021NE000295

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

- 6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.
- 6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA:
- 12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

- 13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

- 14.1. A publicação do presente Contrato, em resumo, no Diário Oficial da União, será providenciada pela Contratante, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura, conforme artigo 20 do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

- 15.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária Federal em Brasília/DF, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado eletronicamente pela autoridade regional da Polícia Rodoviária Federal e pelo representante legal da contratada, para todos os efeitos legais e de direito.



Documento assinado eletronicamente por **Franco Giffone, Usuário Externo**, em 14/10/2021, às 14:45, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO CUNHA FIGUEIREDO DE SOUSA, Coordenador(a)-Geral de Administração**, em 18/10/2021, às 16:42, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **35529912** e o código CRC **BB20A8D5**.



Referência: Processo nº 08650.039234/2021-37



SEI nº 35529912

Proforma Invoice

Bill to:

Ship to:

Shipper:

**MJ/ SUPERINTENDENCIA DE
POLICIA RODOVIARIA FEDERAL
NO RIO DEJANEIRO**

Rodovia Presidente Dutra, KM 163, Parada de
Lucas,Rio De Janeiro/RJ
CNPJ Sob No.: 00.394.494/0111-70
CEP 21.240- 001,BRAZIL

**MJ/ SUPERINTENDENCIA DE POLICIA
RODOVIARIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO**

Rodovia Presidente Dutra, KM 163, Parada de Lucas,Rio
De Janeiro/RJ
CNPJ Sob No.: 00.394.494/0111-70
CEP 21.240- 001,BRAZIL

Knightrider Technologies FZC

WH# 7&8, Shed No-24, Technology Park
RAKFTZ, Ras Al Khaimah
Ras Al Khaimah - 54686, UNITED ARAB
EMIRATES

References:

No.: SO-B-EX-22-0182

Purchase Order No.:

Date: 01-02-2022

Quotation No.:

Shipping Information:

MODE By Air / Sea INCOTERMS (2010) DAP, RIO DE JANEIRO

COUNTRY OF ORIGIN OF CONSIGNMENT COUNTRY OF FINAL DESTINATION OF CONSIGNMENT

INDIA

BRAZIL

PRE CARRIAGE

PORT OF LOADING

PORT OF DISCHARGE

FINAL DESTINATION

Origin:

Any Air / Sea Port in UAE

Any Air / Sea
Port in Brazil

RIO DE JANEIRO

Mode:

BY ROAD

Date Of Delivery:

Seller Bank Details:

Bank of Baroda

INTERNATIONAL BUSINESS BRANCH

Kanpur-208001 INDIA

USD A/c No.: 41650200000012

SWIFT: BARBINBBKAN

DESCRIPTION

Page 1 of 1

Sl. Item	NCM/HS CODE	Details	Quantity	UOM	Unit Price	Amount
1 Ceramic Plate	3926.90.90 / 39201091	Ceramic Plate (Front and Back Plates) Size: 250 mm X 300 mm (± 3mm)	100	SET	565.830	56,583.00
2 Ceramic Plate	3926.90.90 / 39201091	Ceramic Plate (Side Plates) Size: 150 mm X 150 mm (± 3mm)	100	SET	373.030	37,303.00

INVOICE TOTAL

USD 93,886.00

AMOUNT IN WORDS:

USD NINETY-THREE THOUSAND EIGHT HUNDRED EIGHTY-SIX AND ZERO ONLY

TERMS

- Payment** - L/C at Sight, After definitive receipt.
- Dispatch** - Shipment will be dispatched only after the receipt of stamped and signed proforma invoice, end user certificate, International Import Certificate (CII) and Import License, whichever is later.
- Delivery** - 150 Days from Issuance of Import License of the international import certificate issued by the army.
- Others** - The bank should receive net amount of the Proforma Invoice. The charges of the intermediary bank, and all the costs of issuing the letter of credit and commissions, if any, will be borne by Seller.

I/We accept and approve the
details, amount and terms of
this proforma invoice

For **MKU Limited**

Customer Signature and Seal

Authorised Signatory with Seal

DECLARATION: We declare that this Proforma invoice shows the actual price of the goods described and all particles pertaining to it are correct.
Note: Goods sold under this invoice are governed by the [General Conditions of Sale](#) mentioned on our website [www.mku.com](#)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE
CONTRATO Nº 33/2021/2021

PROCESSO Nº 08664.010405/2021-97

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº **33/2021**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE E A EMPRESA ESTRANGEIRA **MKU LIMITED** CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE PLACAS BALÍSTICAS STANDALONE NÍVEL III+

A união, por intermédio da **Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Norte**, com sede na Av. Nascimento de Castro, nº 1540 - Lagoa Nova - Natal/RN, CEP.: 59056-450, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0118-47, neste ato representada pelo Sr. Superintendente, **LUIZ IDALINO CÂMARA PINHEIRO**, nomeado pela Portaria nº 404, de 12 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2021, portador da matrícula funcional nº 1370344, doravante denominada CONTRATANTE, e **MKU LIMITED**, fornecedor estrangeiro, sediada em 13, Gandhi Gram, G.T. Road Kampur - 208 007. U.P, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante comercial brasileiro, Sr. **FRANCO GIAFFONE**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 13.597.927-4 e CPF nº 257.875.238-90, tendo em vista o que consta nos Processos nº 08657.119600/2019-56 e 08664.010405/2021-97, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 01/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **Placas Balísticas Standalone nível III+ frontais, traseiras e laterais**, com o objetivo de equipar a Polícia Rodoviária Federal, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	MARCA	MODELO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (US\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	COTAÇÃO PTAX	TOTAL (USDS)	TOTAL (R\$)	PRAZO DE GARANTIA
01	Conjunto de Placas Balísticas Stand Alone Frontal e Traseira	458848	MKU	C-7654	212	USD\$ 565,83	R\$ 3.014,12	R\$ 5,3269	USD\$ 119.955,96	R\$ 638.993,44	7 ANOS
02	Conjunto de Placas Balísticas laterais	458848	MKU	C-7654-1515	212	USD\$ 373,03	R\$ 1.987,09	R\$ 5,3269	USD\$ 79.082,36	R\$ 421.263,08	7 ANOS
TOTAL						USD\$ 938,86	R\$ 5.001,21		USD\$ 199.038,32	R\$ 1.060.256,52	

1.3. A tabela acima reflete os preços em Reais conforme cotação PTAX fixada no edital de licitação e representam apenas os valores registrados nos sistemas da administração pública, tendo em vista que os mesmos só trabalham na moeda nacional. No entanto o **preço do produto está efetivamente fixado em Dólares americanos**.

1.4. O efetivo valor a ser pago em moeda nacional continuará a ser atualizado pela cotação PTAX atual até a data da confecção da carta de crédito de importação junto ao Banco do Brasil.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. Tendo em vista os fundamentos já expostos na cláusula 1.3, para efeito de registro nos sistemas da administração pública o valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 1.060.256,52**

3.1.1. O valor acima foi obtido conforme cotação PTAX fixada no edital de licitação. Esse será o valor registrado nos sistemas da PRF.

3.1.2. **Como o pagamento é feito em moeda estrangeira (dólares americanos), o efetivo custo do objeto em Reais à administração pública será atualizado pela cotação PTAX até a data da confecção da carta de crédito de importação junto ao Banco do Brasil.**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, confecção da carta de crédito de importação e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. DA GARANTIA DO MATERIAL

4.1. Conforme exposto pela contratada em sede de contrarrazões dos recursos do pregão 01/2021, o prazo de garantia previsto no item 7.1 do Termo de referência foi estendido para 7 anos, ao invés dos 5 anos previstos naquele dispositivo.

4.2. **Portanto, o prazo da garantia inicialmente previsto no item 7.1 no Termo de Referência de 5 anos será de fato de 7 anos conforme oferta feita pela contratada.**

5. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200123

Fonte: 0174020197

PTRES: 172266

Elemento de Despesa: 449052

PI: RF999AP6COL

6. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

7. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

7.1. O preço contratado é fixo e irredutível.

7.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8. **CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

9. **CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

10. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária Federal do cidade de Natal-RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado eletronicamente, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Natal, 25 de outubro de 2021

FRANCO GIAFFONE
Representante legal da CONTRATADA

LUIZ IDALINO CÂMARA PINHEIRO
Superintendente

TESTEMUNHAS:

1- EMMANUEL FAUSTO MEDEIROS DE ANDRADE

2- THIAGO ANTÔNIO GUIMARÃES DINIZ

PRF

Documento assinado eletronicamente por **Franco Giffone, Usuário Externo**, em 26/10/2021, às 09:21, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ IDALINO CAMARA PINHEIRO, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Norte**, em 26/10/2021, às 18:21, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **EMMANUEL FAUSTO MEDEIROS DE ANDRADE, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 28/10/2021, às 10:45, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **THIAGO ANTONIO GUIMARAES DINIZ, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 28/10/2021, às 13:10, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **35947470** e o código CRC **4879ED7B**.



Referência: Processo nº 08664.010405/2021-97



SEI nº 35947470



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO PARANÁ
CONTRATO Nº 19/2021

PROCESSO Nº 08659.029819/2021-69

	TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 19/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO PARANÁ E A EMPRESA ESTRANGEIRA MKU LIMITED CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE PLACAS BALÍSTICAS STANDALONE NÍVEL III+
--	--

A união, por intermédio da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Paraná, com sede na BR-476, nº. 10.150, Prado Velho, CEP 81690-150, Curitiba, Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.494/0113-32, neste ato representada pelo Sr. Superintendente, Antônio Paim de Abreu Junior, nomeado(a) pela Portaria nº 400, de 12 de maio de 2021, publicada no DOU de 13 de maio de 2021, portador da matrícula funcional nº 1069759, doravante denominada CONTRATANTE, e MKU LIMITED, fornecedor estrangeiro, sediada em 13, Gandhi Gram, G.T. Road Kampur - 208 007. U.P, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante comercial brasileiro, Sr. Franco Giaffone, portador(a) da Carteira de Identidade nº 13.597.927-4 e CPF nº 257.875.238-90, tendo em vista o que consta no Processo nº 08659.029819/2021-69 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 01/2021, Ata de Registro de Preços 02/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **Placas Balísticas Standalone nível III+ frontais, traseiras e laterais**, com o objetivo de equipar a Polícia Rodoviária Federal, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	MARCA	MODELO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (US\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	COTAÇÃO PTAX	TOTAL (US\$)	TOTAL (R\$)	PRAZO DE GARANTIA
01	Conjunto de Placas Balísticas Stand Alone Frontal e Traseira	458848	MKU	C-7654	212	US\$ 565,83	R\$ 3.014,12	R\$ 5,3269	US\$ 119.955,96	R\$ 638.993,44	7 ANOS
02	Conjunto de Placas Balísticas laterais	458848	MKU	C-7654-1515	212	US\$ 373,03	R\$ 1.987,09	R\$ 5,3269	US\$ 79.082,36	R\$ 421.263,08	7 ANOS
TOTAL						US\$ 938,86	R\$ 5.001,21		US\$ 199.038,32	R\$ 1.060.256,52	

1.3. A tabela acima reflete os preços em Reais conforme cotação PTAX fixada no edital de licitação e representam apenas os valores registrados nos sistemas da administração pública, tendo em vista que os mesmos só trabalham na moeda nacional. No entanto o **preço do produto está efetivamente fixado em Dólares americanos**.

1.4. **O efetivo valor a ser pago em moeda nacional continuará a ser atualizado pela cotação PTAX atual até a data da confecção da carta de crédito de importação junto ao Banco do Brasil.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de sua assinatura e se encerra 12 (doze) meses após, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. Tendo em vista os fundamentos já expostos na cláusula 1.3, para efeito de registro nos sistemas da administração pública o valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 1.060.256,52** (um milhão, sessenta mil duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).

3.1.1. O valor acima foi obtido conforme cotação PTAX fixada no edital de licitação. Esse será o valor registrado nos sistemas da PRF.

3.1.2. **Como o pagamento é feito em moeda estrangeira (dólares americanos), o efetivo custo do objeto em Reais à administração pública será atualizado pela cotação PTAX até a data da confecção da carta de crédito de importação junto ao Banco do Brasil.**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, confecção da carta de crédito de importação e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. DA GARANTIA DO MATERIAL

4.1. Conforme exposto pela contratada em sede de contrarrazões dos recursos do pregão 01/2021, o prazo de garantia previsto no item 7.1 do Termo de referência foi estendido para 7 anos, em vez dos 5 anos previstos naquele dispositivo.

4.2. **Portanto, o prazo da garantia inicialmente previsto no item 7.1 no Termo de Referência de 5 anos será de fato de 7 anos conforme oferta feita pela contratada.**

5. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200118

Fonte: 100/174/374

Programa de Trabalho: 06.181.5016.2723.0001

Código de Controle: 115A1417

Plano Interno: RF999AP6COL

6. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

7. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

- 7.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.
- 7.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

- 12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

- 13.1. É vedado à CONTRATADA:
- 13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 13.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

- 15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

- 16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária Federal do cidade de Curitiba/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado eletronicamente, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Curitiba, 26 de Novembro de 2021

FRANCO GIAFFONE
Representante legal da CONTRATADA

ANTÔNIO PAIM DE ABREU JUNIOR
Superintendente de Polícia Rodoviária Federal no Paraná

TESTEMUNHAS:

1- ISRAEL CALEB CESARION SANTOS; CPF: 044.322.299-18

2- GUSTAVO FERNANDES; CPF: 664.593.380-00

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ISRAEL CALEBE CESARION SANTOS, Chefe do Núcleo de Gestão Administrativa e Contratações Públicas**, em 01/12/2021, às 17:02, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **Franco Giaffone, Usuário Externo**, em 21/12/2021, às 12:26, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO PAIM DE ABREU JUNIOR, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Paraná**, em 04/01/2022, às 09:30, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO FERNANDES, Chefe da Seção de Administração**, em 18/01/2022, às 21:23, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **36897161** e o código CRC **6AC81B6C**.



Referência: Processo nº 08659.029819/2021-69



SEI nº 36897161



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL
CONTRATO Nº 24/2021

PROCESSO Nº 08669.018478/2021-87

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 24/2021, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL E A EMPRESA MKU LIMITED

A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO MATO GROSSO DO SUL, com sede na Rua Joel Dibo, 238, Centro, Campo Grande-MS, CEP: 79002-60, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0123-04, neste ato representada pelo Superintendente substituto AUGUSMAR VIEIRA MELO, nomeado pela Portaria nº 1438, de 05 de novembro de 2020, publicada em 06 de novembro de 2020, inscrito no CPF sob o nº 456.726.601-34 portador da Carteira de Identidade nº 345.719 SSP/MS, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) MKU LIMITED, fornecedor estrangeiro, sediada em 13, Gandhi Gram, G.T. Road Kampur - 208 007. U.P, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **Franco Giffone**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 13.597.927-4 e CPF nº 257.875.238-90, tendo em vista o que consta no Processo nº 08669.018478/2021-87 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 01/2021, Ata de Registro de Preços 02/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **Placas Standalone Balísticas**, com o objetivo de equipar a Polícia Rodoviária Federal, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	TOTAL	VALOR UNITÁRIO (USD\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	COTAÇÃO PTAX	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL (R\$)
1	Conjunto de Placas Balísticas Stand Alone Frontal e Traseira.	Conjunto	212	USD\$ 565,83	R\$ 3.014,12	R\$ 5,3269	USD\$ 119.955,96	R\$ 638.993,44
2	Conjunto de Placas Balísticas laterais	Conjunto	212	USD\$ 373,03	R\$ 1.987,09	R\$ 5,3269	USD\$ 79.082,36	R\$ 421.263,08
VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO							USD\$ 199.038,32	R\$ 1.060.256,52

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de assinatura e encerramento em 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 1.060.256,52 (um milhão, sessenta mil duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200128

Fonte: 0174020197

Programa de Trabalho Resumido: 172266

Elemento de Despesa: 449052

PI: RF999AP6COL

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irredutível.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8. **CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Campo Grande - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

AUGUSMAR VIEIRA MELO
Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso do Sul substituto

FRANCO GIAFFONE
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- OTÁVIO BANEGAS SANTOS

2- EDSON VINICIUS MORAES

PRF

Documento assinado eletronicamente por **Franco Giffone, Usuário Externo**, em 04/01/2022, às 09:48, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **AUGUSMAR VIEIRA MELO, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso do Sul substituto(a)**, em 04/01/2022, às 12:02, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **EDSON VINICIUS MORAES, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 05/01/2022, às 09:56, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **OTÁVIO BANEGAS SANTOS, Servidor(a) Administrativo(a)**, em 05/01/2022, às 09:57, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **38192283** e o código CRC **3F7D8C48**.



Referência: Processo nº 08669.018478/2021-87



SEI nº 38192283